



BOLETIM INFORMATIVO DO LABORATÓRIO DE ENSINO DE HISTÓRIA

Universidade Estadual de Londrina - Departamento de História

Ano 4 - Nº 12 - abril/1998

EDITORIAL

O Laboratório de Ensino de História está lançando a 12ª edição do seu Boletim Informativo, com circulação estadual, dirigido aos professores de História do 1º e 2º graus.

O ano de 1998 está iniciando para todos nós um período de mudanças na educação. No Estado de São Paulo houve uma reestruturação curricular que diminuiu o número de aulas dos alunos de 5ª a 8ª séries. Uma das disciplinas mais afetadas foi a de história. Interessante a contradição que se apresenta no momento em que o governo federal lança os Parâmetros Curriculares Nacionais- PCNs, uma série de sugestões com temas relevantes para a educação brasileira.

Os PCNs tem entre os seus 10 objetivos principais para o ensino fundamental, 5 estão diretamente ligados a disciplina de História, a drástica redução da carga horária de 3 para 1 aula semanal não só colocou cerca de 20 mil professores na rua, como também prejudicou a qualidade de ensino.

Outras reformulações estão ocorrendo: a transformação das séries em ciclos, progressão continuada, progressão parcial, reclassificação, e uma nova interpretação para frequência escolar.

Precisamos ficar atentos às reformulações que certamente atravessarão as divisas com o Estado do Paraná e serão aplicadas por aqui, pois são parte das diretrizes federais e constam na nova LDB.

Em breve o Laboratório de Ensino de História estará com uma homepage na Internet e com e-mail para agilizar a troca de informações com os professores. Na página estarão as atividades do Laboratório, currículos dos professores membros, e os Boletins. Esperamos sua visita.

NESTE NÚMERO

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS: SER OU NÃO SER?

O CINEMA VAI À ESCOLA: A CULTURA DO HERÓI

PROVIDÊNCIA DIVINA, MATERIALISMO HISTÓRICO E ACASO

HISTÓRIA E MÚSICA

DESVENDANDO A RACIONALIDADE INSTRUMENTAL

A GLOBALIZAÇÃO E SEUS MITOS

NO CALDEIRÃO DA HISTÓRIA

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS: SER OU NÃO SER?

RESENHA



AGENDA

ENCONTRO DE ESTUDOS MEDIEVAIS

Período: 23/03 a 04/05/98

Local: UEL - CCH, sala 104.

Horário: 18:00-19:00h

Informações: (043) 371-4328

I ENCONTRO SOBRE IMAGINÁRIO, CULTURA E EDUCAÇÃO

Período: 13 a 15 de abril de 1998.

Local: Faculdade de Educação da USP

Informações: (011) 818-3574

CICLO DE CONFERÊNCIAS. APP-SINDICATO/LONDRINA - LABORATÓRIO DE ENSINO DE HISTÓRIA

Tema 01: Parâmetros Curriculares Nacionais

Data: 22 de abril de 1998

Local: Sede APP-Sindicato-Londrina

Informações: (043) 323-2662

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS: SER OU NÃO SER?

Durante uma reunião de professores comentei sobre os novos Parâmetros Curriculares Nacionais-PCNs. Muito falante uma professora comentou - Sei, aqueles livrinhos coloridos que ensinam a dar aula nos pátios. Uma outra professora emendou que quase ninguém recebeu.

No entanto, a propaganda governamental afirma que 600 mil professores em todo o país estão recebendo os PCNs, num texto que tem como cenário a escola dos sonhos de todos nós professores.

A forma como os PCNs estão sendo introduzidos nas escolas, sem discussão, informações mínimas, sem atualização adequada do professor, preparando-o para as inovações propostas acabarão por transformar suas idéias em apenas mais um documento burocrático do MEC.

Mas o que são os PCNs? São sugestões temáticas e estruturais que servirão como base para os municípios e Estados elaborarem seus currículos. Os PCNs estavam previstos na Constituição de 1988 e fazem parte da nova LDB. Sugerem principalmente uma nova forma de encarar a educação no Brasil, desde o maternal até a Universidade. Já foram elaborados os parâmetros do pré a 8ª série.

O documento do MEC está organizado em diversas áreas: Um Documento Introdutório, que apresenta princípios, conceitos e orientação sobre a educação brasileira, fazendo referências a educadores que debatem temas referentes a educação. Documentos de áreas de Geografia, História, Português, Matemática, Física, Química, Biologia, Educação Física e os Temas Transversais. Os autores que elaboraram a proposta

dos PCNs, incluíram em suas discussões os Temas Transversais, um conjunto de temas que comporiam uma rede perpassando todas as disciplinas. Os temas são: Orientação Sexual, Ética, Pluralidade Cultural, Saúde, Meio Ambiente.

Uma das inovações dos PCNs é a eliminação da estrutura escolar dividida por séries, transformando-as em ciclos, dividindo o ensino fundamental em quatro ciclos: 1º e 2º ciclos = (1ª a 4ª séries) e 3º e 4º ciclos = (5ª a 8ª séries). Dentro de cada ciclo não há reprovação. Os alunos são avaliados constantemente e promovidos apenas ao final de cada ciclo.

No documento da área de História, os autores no 1º ciclo unem as disciplinas de História e Geografia em Conhecimentos Históricos e Geográficos, defendendo o trabalho interdisciplinar das duas áreas. Trabalham nos conteúdos com conceitos de tempo e espaço relacionando a História/ ou o conhecimento historiográfico com o cotidiano do aluno.

No documento do 3º e 4º ciclos os autores abandonam sem muita explicação a interdisciplinaridade defendida nos ciclos iniciais. Concentram os conteúdos em eixos temáticos, para o 3º ciclo: História das Relações Sociais, da Cultura e do Trabalho e para o 4º ciclo: História das Representações e das Relações de Poder.

Estaremos trabalhando nos próximos Boletins com os conteúdos de História, fazendo uma análise da proposta elaborada pelos PCNs e que certamente o professor estará recebendo a partir de agosto. Antes de desvalorizar os PCNs como uma imposição do Estado, devemos avaliá-los, bem como todas as mudanças que estão ocorrendo.

De antemão, devemos ser contra a forma como as mudanças estão sendo colocadas sem discussões prévias, apenas pela vontade do "burocrata de plantão".

Várias mudanças estão acontecendo, não só os PCNs, como por exemplo, a correção de fluxo. Muitos professores afirmam que se trata de uma farsa, serve apenas para empurrar alunos séries acima. No entanto, existem outros professores analisando que o projeto está funcionando. O que está realmente faltando ao Estado ou aos responsáveis pela Educação, é organizarem debates para discutir as mudanças, antes que elas aconteçam. Se isso acontecer nos sentiremos participantes de um projeto, quando pudermos opinar sobre seus rumos, certamente conseguiremos entendê-lo, seus objetivos, onde estamos acertando ou errando e como poderemos corrigir seu trajeto.

Profª Marlene Cainelli

Profª de Metod. e Prática do Ensino de História
Departamento de História/UEL

O CINEMA VAI À ESCOLA: A CULTURA DO HERÓI

Este foi o tema do II Ciclo de Cinema desenvolvido pelo Laboratório de Ensino de História a partir de solicitação da Coordenação e professores do Colégio Profa. Ubedulha Correia de Oliveira de Londrina.

Os professores de Educação Artística, História e Língua e Literatura Brasileira solicitaram um ciclo de

debates utilizando o cinema com os alunos do 2º grau noturno.

Apesar dos conteúdos ministrados pelas disciplinas serem diferentes, elegemos um eixo norteador de discussão: a construção da figura do herói pelo cinema em um contexto histórico datado, ou seja, o período em que tal filme foi concebido e realizado analisando-o enquanto um documento de época "(...) deve-se integrar o filme ao mundo social, ao contexto em que surge - o que implica a pertinência do confronto da obra cinematográfica com elementos não cinematográficos: o autor, a produção, o público, o regime político e suas formas de censura..."¹ e as características de cada herói em si, isto é, quais os aspectos que os distinguem dos demais.

Foram trabalhados no II semestre 04 filmes (02 em outubro e 02 em novembro) em que os debates seriam conduzidos pelos professores do Laboratório de Ensino.

Os filmes escolhidos foram:²

01. "O FALCÃO MALTÊS" ou "RELÍQUIA MACABRA" (1941, EUA 100 min.). Direção: John Huston. Depois de procurado por bela mulher o detetive particular Sam Spade descobre que ela e outras duas pessoas estão atrás de valiosa estatueta. Clássico filme noir com Bogart se colocando como o melhor intérprete dos detetives deste tipo de filme. A fotografia em preto e branco em suas nuances e sombras, proporcionam o clima perfeito para o desenvolvimento do roteiro.

O nome "O falcão maltês" é devido ao roteiro basear-se no romance de mesmo nome do escritor Dashiell Hammett.. A figura do herói cínico é característica deste período histórico, em que as desilusões provocadas pela guerra afetavam o relacionamento entre as pessoas, marcado pela desconfiança e descrença.

02. "FORREST GUMP. O CONTADOR DE HISTÓRIAS" (1994, EUA, 142 min.) Direção: Robert Zemeckis. A saga de um jovem com QI abaixo da média através de 40 anos de sua vida, da infância até se tornar um ídolo e herói de guerra americano.

Aqui percebe-se as circunstâncias que determinaram a "criação" de dado herói através de um painel da história norte-americana.

03. "O ÚLTIMO GRANDE HERÓI" (1993, EUA, 130 min). Direção: John McTiernan. Garoto fã de filmes de ação entra na tela de um cinema e vive ao lado de seu ídolo uma aventura cheia de perigos e emoção.

Na mesma linha de "A Rosa Púrpura do Cairo" de Woddy Allen, ficção e realidade se mesclam, apontando as realidades e as temporalidades diversas e diferentes vividas na tela e no mundo. Arnold Schwarzenegger, o herói do filme e um de seus idealizadores e produtores, satiriza sua própria imagem de herói truculento e a relação filme/espectadores em uma frase significativa no diálogo com Danny, o garoto.

¹ CARDOSO, Ciro F. Iconografia e História. **Resgate**. Unicamp, vol. 1 1990.

² A ficha técnica e o resumo dos filmes foi retirado do Dicionário dos Melhores Filmes. Vídeo 1997. Guias Práticos Nova Cultural. 1996.

" Eu preciso que você acredite em mim para sobreviver".

04. "O QUE É ISSO COMPANHEIRO ?" (Brasil, 1997, 113 min.) Direção: Bruno Barreto.

Baseado no livro homônimo de Fernando Gabeira, conta a história do seqüestro do embaixador americano Charles Elbrick por um grupo de jovens militantes da esquerda em 1969, fator de maior impacto político da história recente do Brasil.

Este filme proporciona o mote para várias discussões acerca: escolha de determinado enfoque e recorte histórico dado pelo diretor, a relação "herói" / "bandido" criado em contextos históricos diferentes, a "realidade" histórica proporcionada pelo enredo.

Assim o tema do "herói", em história ou em filmes, é recorrente. O que seria o herói? Segundo MICELI³, seria aquele que você gostaria de ser. E quem foram os heróis de nossa história? Seriam os personagens encontrados nos livros ou estariam encobertos por outros escritores desta história?

"Muitos nomes que figuram na galeria dos heróis ou das figuras importantes da vida brasileira, na verdade agiram contra o país. Muitos nomes famosos como figuras nacionais, alguns de origem humilde, aparentemente comprometidos com as causas populares, foram instrumentos úteis manipulados pelos dominadores.

A medida de valor dos homens não se faz somente pelas qualidades intrínsecas de cada indivíduo, pois eles devem ser analisados segundo a perspectiva do que representaram socialmente no momento histórico em que viveram, quais as causas que abraçaram e quais foram suas contribuições."⁴

Nesta perspectiva, as discussões sobre História, cinema, heróis, realidades proporcionaram a professores e alunos a perspectiva de outros olhares, não tão passivos, não tão tranquilos acerca das imagens as quais nos bombardeiam.

Profª Ana Heloisa Molina
Profª de Met. e Prática do Ensino de História
Departamento de História/UEL

PROVIDÊNCIA DIVINA, MATERIALISMO HISTÓRICO E ACASO

Muitos colegas que estão trabalhando com o 1º e 2º graus encontraram algumas dificuldades quando freqüentaram os seus cursos de graduação. A principal, aquela que não deixou as mentes desde o primeiro dia de aula, é o que é a História? Ou melhor, o que é efetivamente a História? Iniciamos a graduação com dúvidas a respeito disso, e com elas avançamos no nosso dia a dia.

Os professores se sucediam, os cursos mudavam, e cada um dava as suas receitas, as suas fórmulas, o que nos levava a mais confusão: marxismo, marxismo heterodoxo, marxismo ortodoxo, marxismo vulgar,

mentalidades, positivismo, e mais algumas "escolas" historiográficas. Como juntar tudo isso? É possível reencontrar a História?

Já que muitos apresentaram as suas fórmulas e soluções, também vou me intrometer nesse campo, mas não tratarei diretamente de solucionar a pergunta "o que é a História? Darei apenas pistas, especialmente para os colegas que têm uma religião.

É claro que o ensino, em qualquer nível, sendo uma atividade ligada ao Estado, deve ser laico, pois, afinal, a separação do Estado da Igreja é uma das cláusulas pétreas da nossa Constituição. No entanto, não devemos ignorar que muitos colegas têm as suas crenças.

Para estes, as dúvidas e dificuldades foram maiores, pois muitos encontraram pela frente, nas suas graduações, professores que alardeavam o seu ateísmo. Até aí, nenhum problema. Mas junto com a declaração da crença desses professores - não acreditar em Deus - colocava-se a noção de História. E aqui estava o problema.

Segundo alguns desses professores, a História não dependia da Providência Divina, sendo ela um conjunto de dados materiais combinados com a ação humana, o que não deixa de ter a sua lógica. Este é o princípio básico do materialismo dialético. Porém, a descrença na Providência, foi substituída por outra: o caminho inexorável para o fim da História após a revolução do proletariado e, conseqüentemente, o fim das classes. Uma espécie de "teleologia laica".

A grande pretensão era tirar os motivos dos acontecimentos históricos do outro mundo e trazer para este. Porém, pouco se alteravam os princípios, pois a História não deixava de ter um sentido, isto é, caminhava para uma finalidade. Se para o pensamento católico o mundo caminhava para a Parusia (o fim dos tempos), para o materialista dialético, o mundo caminhava para a abolição da exploração do homem, e todos os acontecimentos tinham que comprovar tais finalidades. O que em termos lógicos não altera em nada, a não ser a interpretação dos eventos, que deixavam de ser obra Divina, passando a ser obra da conjunção do modo de produção, das condições da existência e das conjunturas e, como exemplo, temos as análises sobre a Revolução Francesa.

Daí as dificuldades dos colegas que tinham suas crenças e as ainda têm. Como conciliar a crença pessoal com esta vertente historiográfica dominante nos meios universitários e até mesmo nos livros didáticos? É uma bobagem acreditar em Deus? É muito inteligente acreditar no desenvolvimento das condições materiais de existência, no aparecimento de suas contradições e esperar a realização do paraíso na Terra? Enfim, é possível conciliar as duas?

Não, pois partem do mesmo princípio para a compreensão do processo histórico, logo tentam ocupar o mesmo espaço como crenças, o que as torna competidoras. Entretanto, ultimamente, ganha força dentro da historiografia a noção de acaso, ou seja, a História é uma conjunção de acasos, de acidentes. A Revolução Francesa, por exemplo, teria sido fruto de um encontro acidental de vários fatores: a crise econômica, a tradição das revoltas populares em Paris,

³ MICELI, Paulo. **O mito do herói nacional**. São Paulo: Contexto, 1989.

⁴ MARTINEZ, Paulo. **Heróis vencidos**. São Paulo: Contexto, 1996, p.13

a inépcia do rei Luís XVI para conduzir o governo, a cultura democrática dos marginalizados, o inverno violento de 1788, a falta de comida. Todos esses fatores se encontraram em 1789, cada um deles com a sua própria história.

Num pequeno exercício retórico poderíamos perguntar: caso a colheita tivesse sido boa, não teria havido a Revolução? Ora, um bom marxista diria que ela aconteceria de qualquer forma, mas, então, por que encontramos vários quadros parecidos com os da França no final do século dezoito, em outros países, e não ocorreram Revoluções equivalentes? Bom, a História não é precisa, e muito menos nos aponta para onde está indo, pois se assim o fizesse, na concepção marxista, o mundo caminharia para o socialismo, e parece que não é bem isso que está acontecendo.

Mas, o que é a História? Qual a lógica dos acontecimentos passados? Estaríamos indo para algum lugar? Uma de cada vez. Em primeiro lugar, não temos como saber para onde estamos indo, a não ser através de uma crença.. Se não sabemos para onde vamos, em segundo lugar, não temos condições de estabelecer uma lógica definitiva para o passado, a não ser através de uma crença. Sendo assim, em terceiro lugar, a História é uma série de acontecimentos disparatados, aos quais cabe ao historiador juntar e dar alguma explicação, a não ser que ela venha pronta através de uma crença.

Bom, se materialmente falando não podemos dar algum sentido aos acontecimentos, como poderemos conciliar a própria História com a crença de que existe uma ação Divina nesse processo? É aqui que o acaso pode ajudar.

Apesar das teologias, das crenças, não podemos estabelecer definitivamente o que a divindade, que chamamos de Deus, nos reservou, e qualquer discussão a respeito somente Lhe atribuiria o que os próprios homens pensam a Seu respeito. É só dar um passeio histórico pelas crenças para percebermos isso.

Assim, poderíamos também num exercício retórico, atribuir-lhe o acaso, já que desconhecemos efetivamente os Seus motivos, as Suas intenções. Os acidentes, os encontros fortuitos entre séries históricas (más colheitas, inépcia de Luís XVI, crise econômica, novas formas de pensar a política, no caso da Revolução Francesa) poderiam indicar a ação Divina, mas para compreendê-la haveria um impedimento: o fato de estarmos na Terra.

Nesse sentido, entendo que é possível conciliar as crenças com as produções recentes da historiografia, aplacando, pelo menos um pouco, os problemas de compreensão do processo histórico.

Prof. Dr. André Luiz Joanilho
Professor de História Contemporânea
Departamento de História/UDEL
e-mail: alj@npd.uel.br

HISTÓRIA E MÚSICA

No Boletim nº9, havíamos proposto um trabalho com músicas de autores nordestinos, chamando a atenção dos professores para uma outra forma de trabalho em

sala de aula. Logicamente, este tipo de trabalho significa que o professor deve refletir sobre coisas que quotidianamente parecem corriqueiras e "normais". Muitas vezes, entretanto, é necessário colocar-se "de fora" de situações nas quais se está inserido para, só depois, avaliar a profundidade de suas conseqüências.

A música, como um dos signos de nossa época (bem como de outras), além do prazer estético que provoca pela sua melodia, pode trazer explicitada - em sua letra - uma série de problemas. Um deles, o qual tocamos de passagem no boletim anterior, refere-se à possibilidade de tratar, simultaneamente, problemas de várias ordens em uma mesma canção. Um outro, ainda, seria o como vincular o trabalho do professor de História ao do professor de Língua Portuguesa (e mesmo ao do professor de Educação Artística).

Sugiro, aqui, o trabalho com uma "trilogia", na seguinte ordem:

1. leitura e audição: **Segue Seco**, música de Carlinhos Brown, a qual foi gravada por Marisa Monte em seu CD, *Verde Anil Amarelo, Cor de Rosa e Carvão*;

2. leitura: **Vidas Secas**, de Graciliano Ramos;

3. audiovisual: **Morte e Vida Severina**, especial feito pela Globo em homenagem ao poeta João Cabral de Melo Neto.

O livro de Graciliano Ramos tem como tema, e personagem central, a **seca**. Já na obra de João Cabral, a seca aparece como "histórica", definidora de destinos, *motivo condutor* de vidas na medida em que está entrelaçada às decisões tomadas pelos personagens. Vejamos, portanto, sobre o que trata a Música de Carlinhos Brown:

"A boiada seca
Na enxurrada seca
A trovoadas seca
Na enxada seca
Segue o seco sem sacar que o caminho é seco
Sem sacar que o espinho é seco
Sem sacar que seco é o Ser Sol
Sem sacar que algum espinho seco secará
E a água que sacar será um tiro seco
E secará o seu destino seca
Ó chuva vem me dizer
Se posso ir lá em cima pra derramar você
Ó chuva preste atenção
Se o povo lá de cima vive na solidão
Se acabar não acostumando
Se acabar parado calado
Se acabar baixinho chorando
Se acabar meio abandonado
Pode ser lágrimas de São Pedro
Ou talvez um grande amor chorando
Pode ser o desabotoado céu
Pode ser coco derramando."

A música em questão (*Segue Seco*), deveria agir como um instrumento que despertasse a curiosidade dos alunos para a problemática regional nordestina. Se a compararmos com a música de Fagner e Zé Ramalho, *Filhos do Câncer* (Boletim nº 9), de imediato percebe-se que personagens políticas ou alusões à instituições governamentais são, aqui, inexistentes.

O sertanejo está desamparado e, entre o poder do "Sol" e da Natureza, Lhe resta dois apelos: um de substrato interno, emocional, e outro, ao mesmo tempo,

interno e externo: religioso (definido, aqui, como a possibilidade de um ser abstrato resolver os problemas externos). Inclusive o "diálogo" estabelecido internamente na música é sugestivo: é um diálogo "entre secos". O apelo, a resposta que se procura, só pode ser dada pela Chuva (*Chuva, vem me dizer*), pois aqui "o povo vive na solidão". Será que o povo lá "de cima" também ?

A única água que a música define como real são as lágrimas: ou as de *São Pedro* ou as de *um grande amor chorando*. Fora isso, só mesmo a água dos cocos. As imagens que são visualizadas pela música são profundas e tristes: embora calado e chorando baixinho (por que ninguém ouve mesmo), meio abandonado e tendo por destino apenas a seca, tenhamos fé na Natureza, no Amor, e nas divindades: únicas possibilidades que permitem visualizar como se ligam e se tecem os destinos, as esperanças, a vida e a morte de tantos Severinos. Eis o que devemos nos perguntar: aqueles que se disseram nossos pais, representantes, solidários e salvadores, aonde estarão?

Prof. Claudiomar dos Reis Gonçalves

Professor de Hist. Antiga
Dept. de História - UEL
e-mail: crgclau@npd.uel.br

DESVENDANDO A RACIONALIDADE INSTRUMENTAL.

"A mais bela ordem é como um monte de
lixo jogado ao acaso". Heráclito.

Os princípios críticos do processo do conhecimento possibilitam o desvendamento de uma racionalidade instrumental que se propõe neutra e praticante de um olhar analítico, desvinculada dos valores culturais dos sujeitos observadores. O eu do autor contextualizado historicamente compõe a sua observação e criação, no entanto parcial e relativa.

Os valores pelos quais a sociedade burguesa imprime sua insígnia, estão associados ao sentido do caminho pré-estabelecido a ser percorrido. Assim, a referência de uma determinada racionalidade, torna-se uma finalidade superior a ser conquistada: cada passo dado nesta direção adquire valor positivo, pois seria uma etapa galgada para a consecução do objetivo.

Como entendemos a História como o território da criação, o sentido a ser trilhado com a utilização da ciência e da técnica é construído por setores dirigentes de uma sociedade. São eles que se apresentam como neutros e universais. Em um primeiro momento desta reflexão, nota-se que, os mesmos aparentam ter uma importante contribuição na subjugação do meio ambiente e do homem sobre o homem. Contudo, olhando mais profundamente percebe-se que são meros produtos históricos instrumentalizados por uma classe dominante. O papel da ideologia é ocultar este artifício utilizado para se chegar a um fim determinado.

A sociedade industrial tecnológica é um sistema de dominação. Seus membros, a partir do nível de cultura intelectual e material e defendendo interesses que lhes

são específicos, elaboram e realizam a seleção de opções de organização da existência social.

As opções selecionadas vêm ao encontro majoritariamente aos objetivos dos setores dominantes, descartando alternativas que lhes seriam prejudiciais. Estes setores justificam suas atividades por intermédio de um plano único, emudecedor de outros e congregando as várias dimensões sociais sob o aspecto da racionalidade tecnológica tornada política.

As escolhas tecnológicas são primordialmente opções políticas, que atendem hegemonicamente interesses dos setores dirigentes, para a resolução de seus problemas, de aumentar a concentração de poder e de renda, pela maximização da produtividade e do capital, no enfrentamento da contestação dos trabalhadores, usufruindo intensivamente do meio ambiente.

Com o poder da gestão do capital nas mãos, a classe burguesa fornece condições materiais favoráveis para contemplar a realização de pesquisas que lhe interesse. Laboratórios, máquinas, equipamentos, mão-de-obra especializada serão utilizadas para seu próprio proveito, na divulgação, controle e aplicação dos resultados alcançados. É o estabelecimento de um...Projeto tecnocrático.

Na sociedade industrial, os produtos criados pela técnica caracterizam-se por afirmar uma racionalidade instrumental dos meios e dos fins. Eles implantam hegemonicamente relações mecânicas na sociedade, substitutivas de vínculos de amizade e companheirismo, componentes formadores da teia social.

O projeto tecnocrático de sociedade impõe aos indivíduos, que vivam de acordo com critérios planejados pela classe dirigente. São esses critérios que decidem sobre os espaços públicos: jardins, ruas, estradas, transportes, mercados. esses espaços transformaram-se agora em obstáculos que devem ser ultrapassados o mais rapidamente possível, pois constituem um tempo-dinheiro desperdiçados que poderiam estar sendo utilizados pelo sistema.

As ruas passaram a ser espaços que devem ser transpostos o mais rapidamente possível, deixando de ser o espaço da fruição, do passeio a pé, do encontro inesperado, do "bate - papo" informal, dos flertes e do aconchego, atos de significações emocionais pelo sentimento de integração social às tradições culturais de um bairro ou de uma cidade.

É a decorrência de uma invasão antes já consumada no local de trabalho, onde o trabalhador exerce sua função sob uma disciplina e uma fiscalização rígida. Aí o tempo de atividade é aferido pela quantidade de peças produzidas. Suas necessidades fisiológicas, conversas entre amigos, deslocamentos na área de serviço e de tempo das refeições são computadas como prejuízo para a empresa, pelo tempo em que ocorre ausência da produção de peças.

A razão instrumental por calcular matematicamente quantidades, desqualifica a qualidade degradando-a. Ela ridiculariza as distinções dos seres e suas relações, transforma em objetos pobres de significação os fenômenos a que dá sentido.

A vida com seus laços de solidariedade, ócio, contemplação, amor, brincadeiras, angústia e dor, tomada, em suma, como local de autonomia, é desqualificada no cômputo da instrumentalidade.

Assalto este mais abissal e evidente é realizado pela bio-indústria que efetua a utilização da genética para a fabricação de seres em cadeia, objetivando um rendimento máximo do capital empregado, pela velocidade, peso e quantidade dos seres "produzidos".

Animais são selecionados, padronizados, imobilizados em cubículos, engordados com hormônios, reproduzidos artificialmente para que sejam abatidos em menor tempo. Os vegetais passam por um processo semelhante e ambos os reinos da natureza perdem suas defesas às doenças, ficam frágeis em condições de mudança climática repentina, necessitam de cuidados constantes com nutrientes, vacinas e biocidas.

A crença nesta racionalidade vigente promove a extinção de espécies vegetais e animais, destruindo a rica diversidade e multiplicidade de seres existentes. Ela faz desaparecer florestas, mangues, rios, montanhas aproveitando-os somente como recursos no processo da produção industrial.

Contra esta agressividade técnico-social, poder-se-ia adotar como princípio o respeito aos ciclos ecológicos, utilizando-se mais freqüentemente da energia e dos recursos renováveis, poupando ao máximo os recursos não renováveis. Isso ocorreria privilegiando-se a produção de produtos que sejam: duráveis, de baixo consumo de energia em sua produção e funcionamento, de fácil manipulação e conserto, recicláveis e, por último, quando finalmente destruídos capazes de ser absorvidos pelo meio ambiente.

Esta nova forma de utilização técnico-social, estaria encarnada num processo produtivo radicalmente novo, seja na forma da organização pela participação eqüitativa, descentralizada e desalienante dos próprios produtores, como na diminuição da dimensão das unidades de produção.

Alguma coisa está fora da ordem, fora da...Nova Ordem Mundial.

A racionalidade capitalista que vê o mundo de uma forma reducionista e instrumentalizadora, elaborando segundo suas referências de valor o que seja progresso e desenvolvimento, só começa a ser fortemente contestada no mundo ocidental a partir da segunda metade do século XX.

Nos países desenvolvidos as décadas que antecedem esta guinada, durante e após a segunda guerra mundial, foram marcadas pela aplicação do princípio de desenvolvimento econômico como um objetivo político. Ele consolidou-se nas décadas de 60 e 70 provocando um intenso crescimento econômico, definido nas sociedades industriais e tecnológicas, como desenvolvimento.

Na nova ordem mundial a globalização da atividade econômica é uma forma mais avançada, e complexa, da internacionalização, implicando um certo grau de integração funcional entre as atividades econômicas dispersas. O conceito se aplica, portanto, à produção, distribuição e consumo de bens e de serviços,

organizados a partir de uma estratégia mundial e voltada para um mercado mundial.

Numa sociedade eletricamente configurada, todas as informações críticas, necessárias para a manufatura e a distribuição de carros a computadores, encontram-se ao mesmo tempo disponíveis para todos. Nesse caso, a tecnologia surge como elemento vital na passagem de uma era mecânica para outra elétrica/eletrônica.

Irrompe também no princípio da década de 70 uma profunda crise social, política e cultural. Os pressupostos defendidos segundo os quais com o crescimento material milhões de seres humanos passariam a ter uma melhora significativa de sua condição de vida, bem como as desigualdades entre os países seriam sanadas, demonstraram ser falsas.

O aumento do bem-estar material concentrou-se na mão de alguns poucos privilegiados, detentores do poder político-econômico. Por outro lado, multidões foram privadas de condições básicas para sobreviver, o que gerou instabilidade política e social, somente reprimidas pelo servil aparato policial do Estado.

No entanto, esta crítica surtiu um efeito atenuador, freando o veloz crescimento econômico, mas permanecendo intocado a sua matriz ideológica de cunho materialista, vista como o único centro possível da História.

Refletir sobre estas questões traz ao historiador a necessidade de ter que enfrentar um certo repúdio ao trabalho com a história ambiental imediata, tanto no que diz respeito a interdisciplinaridade intrínseca da proposta, quanto à atualidade. Podemos considerar que, se se buscava do historiador o seu desligamento da vida pública cotidiana, em muito esse fantasma, vêm assombrando historiadores, que relegam tal estudo a outros profissionais das ciências humanas, construindo argumentos de depreciação de tal tarefa, tendo em vista os difíceis problemas de conhecimento histórico metodológico para atuar nesta intrincada circunstância. O empreendimento implica em sérios riscos, devemos reconhecê-los descobrir nossas dificuldades e procurar enfrentá-las com cautela e humildade necessária a um trabalho investigativo.

Lembramo-nos da célebre expressão: é necessário que a "Coruja de Minerva" tenha efetuado seu voo, para que possamos iniciar nossas reflexões, mas quando podemos dizer que ela pousou, se o conhecimento e as ações têm continuidade tornando-se o tempo? Devemos esperar milênios ou milésimos de segundos? Qual é o tempo necessário para que possamos nos debruçar sobre os horizontes da história?

Lembramo-nos de Agnes Heller em seu conceito de historicidade, "A historicidade não é apenas alguma coisa que acontece conosco, uma mera propensão, na qual nos "metemos" como quem veste uma roupa. Nós somos historicidade; somos tempo e espaço."

Intelectuais nas décadas de 70 e 80 criticaram, a ditadura e seu projeto autoritário, fizeram isso agarrados ao dorso da famosa "coruja", por isso, seu estudos tem menor mérito?

Devemos portanto, nos negar a atuar como médicos legistas sobre um corpo putrefato e sem vida,

buscamos em Nietzsche, nas suas considerações extemporâneas sobre a História, referir-nos a ela enquanto vida, e se dela não transborda estas pulsões até em nosso ofício de "narrar", sendo enfadonha, isto é sinônimo segundo o historiador cubano, Fraguas, de que os historiadores é que são maçantes.

Podemos perguntar então: Como pode a vida ser enfadonha? Será que os historiadores que escrevem de forma enfadonha têm suas vidas sem aventuras?

Pedimos licença um minuto ao leitor para que possamos encerrar nosso breve percurso narrando o cenário de um espetáculo intitulado...História uma "Top Model Hors Concours".

Na magnífica passarela iluminada por potentes holofotes, surge uma deusa, Clio, dançando em um ritmo enebriante ao surdo som de atabaques, trajando minúsculas vestes semi-transparentes e insinuando em elegantes gestos de sua silhueta, um envolvente clima de sedução. Amarrados em mastros como Ulisses, neoliberais engravatados cúmplices de Fukuyama, proclamam a sua morte, eis que repentinamente suas amarras são rompidas por piratas, sedentos de prazer por almejam presenciar o ritual de reverência a deusa. Eles vieram cobrar o butim das mazelas e sofrimentos impostos aos párias, órfãos e expropriados das mínimas condições dignas de vida da Nova Ordem Mundial.

"Ordem sem lugar, sem rir, sem chorar, um dos pés a outro, uma das mãos a outra bate palmas, pirueta..." Ouvimos distante um sonoro zumbido de cantigas infantis, memória de um passado não muito longínquo, empinando pipas, jogando pião e bolinhas de gude.

Ordem da não existência de lugar, espaço de identificação e territorialidade de signos que nos constituem e demarcam nosso ser. O aroma da goiabeira, o som do sabiá no quintal, a frágil pipa sendo empinada, o visual do sol poente queimando no horizonte do campo, os emocionados bate papos com amigos nas pescarias, o namoro no estratégico banco da praça.

Ordem sem rir, sem brincar, sem gozar; com longos aventais brancos a seriedade fria, calculável, quantificável, que a racionalidade instrumental impõe em seu exercício denominado ciência, faz emudecer os desvarios e pulsões da demência que nos torna humanos.

Desafiando a gravidade saltamos sem asas, tentando pairar no ar, puxados irresistivelmente ao solo, teimamos novamente nesta louca arremetida, desenhando jocosas figuras suspensas por instantes em desejos que nos impulsionam a desfrutá-los, mesmo que implacavelmente sejamos continuamente arrastados ao solo...

E tentamos novamente e novamente, novamente, 'NOVA'..'.MENTE'.

Prof. Dr. Jozimar Paes de Almeida.
Professor de Teoria da História
Departamento de História/UDEL
e-mail: jozimar@sercomtel.com.br

Antes de mais nada devo comentar que ando meio confuso sobre os significados atribuídos a Globalização. Na verdade o que eu tenho certeza sobre este assunto é que ele se tornou o tema da moda e que é relativo ao globo terrestre. Serve para tudo e para todos. O preço do feijão subiu é a globalização, aumentou o desemprego, globalização, sobra mês para o salário, efeito da globalização, está com dor de dentes, globalização, e por aí vai. Bom, mas tirando a ironia, o que eu quero dizer é que tanto os apóstolos quanto os detratores deste fenômeno usam o termo para explicar tudo. Sendo matuto, nascido, criado e vivente do interior, que vê o mundo pelos jornais e livros, pela janela do escritório, como dizia Drumond, já é um bom motivo para ficar ressabiado.

Começamos pois concordando que existe um fenômeno em constituição, ou um processo histórico em andamento neste fim de século que parece estar revirando todas as noções que usávamos para entender/explicar o mundo. Noções como Estado-nação, fronteiras, espaço/distância, público/privado, tradição, língua nacional, história, tanto conhecimento como o processo, trabalho e trabalhadores, etc.

Acredito que a base deste fenômeno está no que Schaff chamou de a II Revolução Técnico-Industrial, ou a Revolução da Informática, ancorada em três fatos; 1) A revolução da informática, tanto na produção de mercadorias como na circulação de informações, 2) a revolução da biotecnologia e 3) a revolução energética. Num sentido geral, Schaff diz que a presente revolução *consiste em que as capacidades intelectuais do homem são ampliadas e inclusive substituídas por autômatos, que eliminam com êxito crescente o trabalho humano na produção e nos serviços(..)* Ainda mais: *enquanto a primeira revolução industrial - [aquela do século XVIII E XIX] conduziu a diversas facilidades e a um incremento no rendimento do trabalho humano, a segunda [revolução], aspira à eliminação total deste, [o trabalho].* Claro que isto significaria a nossa libertação da maldição bíblica de ganhar o pão com o suor do próprio rosto. O problema é : o que será colocado no lugar do Trabalho, numa sociedade que aprende desde cedo que o trabalho é única coisa que dignifica o homem, ou de outra forma, vivemos para trabalhar.

As conseqüências mais visíveis, e talvez mais discutidas, deste fenômeno chamado globalização, que tem como base a II Revolução técnico-industrial, são o desemprego crescente, sem alternativas, a eliminação de barreiras que antes eram consagradas como legítimas, as fronteiras nacionais, por exemplo, a intensificação da circulação das informações - valores culturais - propiciados pela incremento na tecnologia de transmissão de dados. Mais do que em nenhum momento anterior, o controle da informação passou a ser fundamental para objetivos políticos e econômicos.

Muitas das mudanças que podem ser atribuídas a globalização tem segundo o meu olhar de sertanejo, uma origem anterior. Estariam ligadas a própria característica da sociedade contemporânea, definida por Hannah Arendt nos anos 50 como uma sociedade de consumo, uma sociedade tecnológica, ou uma sociedade de narcisista como foi denominada nos anos

70 pelo psicanalista americano Christopher Lasch. Um livro fundamental para entender o mundo contemporâneo.

A globalização aprofundou as características desta sociedade: fim da esfera pública como local da política e a redução do cidadão a um consumidor passivo de desejos criados pela publicidade/simulacro, unificação em escala mundial de produtos, cultura e desejos, com a conseqüente propagação dos discursos do fim da história e a vitória do neo-liberalismo, o fim da solidariedade humanística.

Mas como dissemos, o caráter mais difundido da chamada globalização é sua função “explicativa de todos os males” e uso como argumento de adesão a determinadas políticas econômicas, notadamente as de cunho neo-liberal, empurradas junto com os financiamentos e aprovações das ações pelos novos fiscais internacionais da saúde econômica dos países do antigo “terceiro mundo”, pelos organismos internacionais, como Banco Mundial, FMI, etc.

Alguns mitos foram estabelecidos e precisamos desmantelá-los. Inicialmente a própria noção de que a expansão da informática é uma verdadeira revolução industrial. Se pararmos para pensar notaremos que a informática não produz nada, pois trata-se apenas de uma maneira de organizar e utilizar informações existentes em outros lugares. A informática apenas acelerou e tornou possível, em alguns casos, o aumento do ritmo de produção e com ele o desemprego.

Ainda quanto a informática é corrente a mitologia de que irá revolucionar o processo educacional, ao ponto de se admitir que sem microcomputadores não é mais possível ensinar. Mas efetivamente, no que exatamente estas máquinas podem ajudar? Elas auxiliam, é certo, na disponibilidade de informações para uso em sala de aula, desde que estejam interligadas na rede Internet e venham com os cd-rooms de banco de dados, enciclopédias, etc. De qualquer forma estas informações poderiam ser adquiridas de outras maneiras em bibliotecas tradicionais e públicas.

A simples concentração de informações em um cd-room, ou numa biblioteca virtual não ajuda em nada se o acesso a ela estiver condicionado a “compra” e “pagamento” pelo seu uso como ocorre normalmente com os “bancos de dados” organizados de forma privada. Ao contrário das bibliotecas públicas, onde o acesso é livre e gratuito, o pagamento pelo uso da informação significa uma restrição, uma forma de discriminação.

Além disso, a tecnologia investida na informática, notadamente os recursos visuais através do uso de símbolos nos programas, a hegemonia de um “dialetto” inglês, as mensagens de auxílio e alerta com uma enorme pobreza de vocabulários, poderá produzir uma geração que não mais consiga entender a palavra escrita, ou dela fazer uso para se comunicar.

Agora sobre o processo de globalização, existem também alguns mitos, muito bem criticados pelo economista Luis Antonio de Fiori. Vamos a eles:

1º mito - “A globalização é uma resultante exclusiva das forças de mercado”, resultado das expansões

capitalista e irrecusável por qualquer governante minimamente realista.

Algumas decisões políticas fundamentais tomadas pelos governos centrais, sobretudo pelo governo imperial norte-americano, responsáveis pela direção assumida pelo processo alimentado pelas transformações tecnológicas e competição mundial. (decisões econômicas do governo norte americano, no final dos anos 70 - para fortalecer o dólar e recuperar a hegemonia mundial).

As pressões políticas exercidas pelos países industrializados e pelos organismos internacionais, como citado - FMI, Bird, etc- para estabelecer uma homogeneização das políticas econômicas adotadas pelos países do “terceiro mundo” que dependem de créditos internacionais, ou da avaliação destes organismos para receberem os tais capitais financeiros, são decisões políticas e não um processo histórico inevitável.

Portanto, em síntese, o que se apreende é que a globalização em curso é um fenômeno simultaneamente político e econômico e que “portanto se a globalização é uma obra material do mercados, sua verdadeira direção e significado vêm sendo dados pelas opções política-ideológica de alguma poucas potências mundiais”(Fiori, 1997: 231).

“2º mito - A globalização é um fenômeno universal, inclusivo e homogeneizador”.

Os números apontam tendências diferentes: O comércio mundial entre 1973 e 1990 cresceu 39 % acima do PIB mundial, porém entre 1950 e 1973, portanto antes do período denominado de expansão da globalização, o comércio mundial cresceu 53% acima do PIB mundial.

Quanto ao seu caráter “inclusivo”, integrador de todos os países e distribuidor da riqueza para todos os participantes pelo mundo, podemos dizer que algumas poucas centenas de grandes corporações detêm 2/3 do comércio mundial, sendo que 1/3 deste comércio é diretamente entre firmas e outro 1/3 acontece entre grandes corporações. Além disso, as 100 maiores empresas detêm 1.3 do estoque de capital mundial - 32 são americanas e 19 japonesas.

Nem mesmo pode-se dizer que a globalização possui um caráter supranacional, pois do valor agregado pelo comércio internacional, ¾ é agregado no país de origem das multinacionais ou transnacionais.

Tomando os fluxos de investimentos em 1995, que descontando os investimentos financeiros e especulativos, resultam em 315 bilhões de dólares. Deste total 70% foram para os países da chamada tríade-(Japão, Alemanha e USA). Os 100 bilhões restantes, foram assim distribuídos: 30% para a China, 7% para o México, 4,9% ao Brasil e 3,9% para Argentina.

Do total aplicado, 229 bilhões foram destinados a fusões e incorporações entre empresas não resultando, portanto, nenhum aumento da capacidade produtiva nos países de destino do capital.

Entre 1994 e 1995 houve um crescimento de 40% nos investimentos mas -90% ficaram na própria tríade. sendo que 2/3 vieram provenientes de apenas cinco países - EUA, Inglaterra, França, Alemanha e Japão.

Para completar dos cerca de 180 países existentes hoje no globo, 100 recebem apenas 1% de investimento estrangeiro direto.

Em resumo, “os capitais privados preferem se concentrar em áreas que oferecem vantagem em escala oferecidas pelas ‘region state’, o que acaba aumentando a “dessolidarização” econômica interna do espaço nacional. Esta concentração reforça a “criação de espaços econômicos descontínuos cada vez mais extrovertidos e cada vez menos integrados nacionalmente”(Fiori, 1977: 235). Podemos estar de volta as definições da economia colonial brasileira, caracterizada por núcleos produtores totalmente vinculados ao exterior e sem contatos com o mercado interno.

As piores conseqüências, não poderiam deixar de ser, estão na questão social, com o aumento de forma gigantesca da “polarização entre classes e países, e também dentro dos próprios países”(Fiori, 1977: 235).

3º mito: “A globalização promove uma redução pacífica e inevitável da soberania dos estados nacionais”.

Cabe inicialmente considerar, que boa parte dos países que surgiram no século XX, os estados territoriais, quase nunca passaram de do que “quase-estados”, com muito pouca soberania e força para fazer valer os próprios limites territoriais.

Além disso, os chamados efeitos da globalização, especialmente a dissolução dos limites do Estado-nação e suas prerrogativas, atingem diferentemente os países, conforme as latitudes, como pode ser visto com países da tríade

Embora, a globalização e o fenômeno da expansão da informática, a construção de uma sociedade informática, nos apareça como intimamente ligados, devemos notar que apesar de haver ligações entre eles, eles podem ser descolados quanto aos interesses e efeitos. De um lado, percebemos que globalização mesmo aconteceu somente com o “capital financeiro” que encontrou no desenvolvimento dos meios de comunicação uma tecnologia adequada para empurrar os mercados especulativos para todo o globo.

De outro lado, a “tecnologia” da informática, da qual assistimos uma corrida ensandecida para conquistar maiores velocidades no processamento da informação, apenas, como dissemos, opera a partir de um desejo de “uniformizar” o social e o diverso, talvez herança dos sistemas totalitários da primeira metade do século XX.

Devemos nos lembrar, como faz Jean Chesneaux, de que por trás dos grandes investimentos no desenvolvimento da “informática” estão os Estados, as voltas com a “administração” e o controle cada vez mais complexo de um número crescente de cidadãos.

O crescimento gigantesco dos bancos de dados dos mais diversos tipos coloca-nos o problema de quem administra e como são administrados essas informações. Dependendo do caráter público ou não, do maior ou menor acesso, da transparência no gerenciamento destas informações, estaremos diante da possibilidade do surgimento de uma sociedade absolutamente totalitária, controlada não mais pelo Estado, mas sim pelas “empresas” detentoras da propriedade destas informações, recolhidas nos

milhares de pequenos bancos de dados espalhados por aí.

E bom pararmos para pensar quantas informações de caráter particular ou não já se encontram nos bancos de dados dos bancos, das universidades, dos serviços públicos, dos cartões de créditos, das lojas de departamentos, na Receita Federal, nos nos npds das firmas onde trabalhamos, dos hospitais, etc. Basta juntá-los. E teremos o “GRANDE IRMÃO”.

BIBLIOGRAFIA CITADA

- ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro* SP: Perspectiva, 1988.
- CHESNEAUX, Jean. *Modernidade- mundo*. 2ª ed. Vozes: Petrópolis/RJ, 1996.
- FIORI, José Luis. *Os falsos moedeiros*. 2ª ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1997.
- LASCH, Christopher. *A cultura do narcisismo; a vida americana numa Era de Esperança em declínio*. RJ: Imago, 1983.
- SCHAFF, Adam *A sociedade informática*. S. Paulo: Unesp/Brasiliense, 1992

Prof. Dr. Gilmar Arruda
Professor de História do Brasil
Departamento de História/Uel
e-mail: garruda@npd.uel.br

NO CALDEIRÃO DA HISTÓRIA

Parece que o artigo “*A conversa chegou na cozinha*” agradou e despertou o paladar para uma história ainda pouco degustada: vários leitores deste Boletim perguntaram-me se iria escrever mais sobre o assunto. Na perspectiva de que é possível estudar tanto certos tópicos da história através da cozinha quanto ressaltar a importância de se fazer e compreender as várias histórias das práticas culinárias, pretendo iniciar, a partir desta edição do Boletim, uma coluna permanente, intitulada “No Caldeirão da História”, voltada às relações entre história, alimentação, culinária e gastronomia.

Para “inaugurar” esta coluna, vamos tocar num ponto que reúne curiosidade e controvérsia: o papel desempenhado pelas especiarias na sociedade européia ocidental dos séculos XV e XVI, época em que além da busca por metais preciosos e dos ideais cruzadísticos, as grandes navegações eram direcionadas para o movimentado e lucrativo comércio desses produtos orientais.

Para os próximos números do Boletim, o autor espera sugestões, críticas, questionamentos, curiosidades sobre o assunto, bem como informações sobre experiências didáticas nesta temática, e dentro de suas limitações tentará atender a pedidos de inclusão de temas para discussão na coluna. Mas antes que o tempero desande, vamos direto ao assunto de hoje.

POR QUE OS EUROPEUS CORRERAM O MUNDO ATRÁS DAS ESPECIARIAS?

Boa pergunta. Frequentemente, quando nas aulas de história da expansão marítima e dos “descobrimientos” europeus, aparece o termo especiarias, nossos alunos costumam formular aquela perguntinha quase desafiadora: “mas professor(a), por que ir tão longe buscar tempero de comida?”. Realmente, para nossos dias, parece impensável correr riscos tão grandes, enfrentar tantas vezes o desconhecido dos mares, os perigos de naufrágios, doenças e inanição a bordo, conflitos com nativos, pirataria, etc, naquelas frágeis embarcações, para garantir à mesa européia o fornecimento de pimenta, canela, noz-moscada, cravo, etc.

Como então explicar este fenômeno? Poucos livros didáticos de História Moderna e Contemporânea tentam uma resposta. Uma breve consulta a uma amostragem deles mostra que, dentre aqueles poucos que se dispõem a explicar, a maioria adota a teoria da conservação/disfarce de alimentos perecíveis, especialmente a carne. Vejamos um deles:

“As especiarias nada mais eram do que temperos, como pimenta-do-reino, gengibre, canela, cravo, mostarda e noz-moscada. É preciso lembrar que, naquele tempo, ainda não existiam geladeiras, e esses temperos eram importantes para conservar os alimentos⁵.”

E tudo parece então explicável, pela prodigiosa teoria da “geladeira natural”... Na verdade, tal interpretação reporta-se, obviamente, a trabalhos de alguns historiadores consagrados, especialistas no período em questão, tal como John R. Hale:

Por outro lado, as especiarias não eram, como são agora, um simples meio de dar toque de originalidade à comida. As dificuldades de transporte e a falta de refrigeração faziam com que a maior parte da carne que os homens do Renascimento comiam fosse salgada ou estragada. Havia necessidade das especiarias para tornar os alimentos comestíveis, e não apenas mais saborosos⁶.

No entanto, estudos recentes de historiadores que se dedicaram a pesquisar as práticas alimentares, as preferências culinárias e as necessidades nutricionais do dia a dia dos séculos XIV, XV e XVI europeus, assim como aqueles que se ocuparam especificamente com a história das especiarias, seus usos, comércio, transporte e relações sociais por elas intermediadas, concebem que as especiarias possuíam funções muito mais importantes que a de mero conservante natural. Para compreendermos melhor então o papel desempenhado pelas especiarias nesta época, é preciso recuar vários séculos, até a Antiguidade, e estudar sua introdução e popularização na ementa alimentar européia⁷.

A cozinha da época do Império Romano já conhecia as especiarias, originadas do Oriente, do Norte da África e mesmo de algumas regiões mediterrâneas européias. Variando, é claro de acordo com a camada social, caracterizava-se pela abundância de ervas e temperos dos mais variados tipos, bem como da mistura de salgados e doces: o *garum* (tempero líquido à base de vísceras de peixe decompostas em sal), cominho, coentro, pimenta-do-reino, arruda, poejo, sálvia, cerefólios, canela, menta, orégano, tomilho, raiz de junco, manjerona, cardamomo, erva-doce, zimbro, sementes de papoula, etc⁸. Além de agregar sabores e odores novos aos pratos, algumas especiarias, como a pimenta-do-reino, eram símbolos de status e poder, acessível somente aos muito ricos.

A própria origem da palavra especiaria pode indicar sua importância. Segundo Maguelonne Toussaint-Samat,

“...o termo especiaria tem a mesma origem do latim *espécies*. O nome genérico de especiarias só aparece no século VI d.C., para tomar seu sentido habitual apenas no século XII. Até aí, as mercadorias que consideramos hoje como especiarias classificavam-se em aromas (*aroma, aromata, aromatica*) ou em condimentos (*condimentaria*) ou em pigmentos (*pimenta*). (...) No século VI, os redatores bizantinos do Código Justiniano empregarão o termo *species* para designar determinadas mercadorias...especiais(...). Qual é a mercadoria mais especial do que as especiarias, consideradas praticamente como dinheiro, pois quase valiam seu peso em boa prata?⁹”

Presente muito apreciado no Baixo Império Romano e na Alta Idade Média, a pimenta fazia parte dos dotes, como testemunhavam muitos atos notariais medievais. Tal importância e raridade fez sua contribuição etimológica: às vezes, magistrados eram pagos e juizes subornados com especiarias e “...não é sem intenção que acabamos por falar de honorários *em espécie* pagos aos juizes¹⁰”.

A cozinha medieval possui diferenças bem menores em relação à da Antiguidade do que aquilo que o senso comum contemporâneo acredita a seu respeito, acostumado a pensar em tempos de trevas, privações dos pobres e rituais bárbaros de comilões animalescamente disputando nacos de carne. Embora as comunidades e os castelos não fossem os melhores exemplos de boas maneiras (a prodigalidade de livros de boas maneiras no Renascimento comprova uma certa preocupação com a correção dos modos), a procura do melhor sabor, aroma e aparência também caracterizaram a culinária medieval.

Entretanto, o que mais chama a atenção nas práticas alimentares medievais é que estas faziam parte de uma rica estrutura de símbolos e valores, qualquer que fosse a categoria social. Os alimentos e os temperamentos dos comensais possuíam valores

⁵ PILETTI, N. e PILETTI, C. **História & Vida - Da Idade Moderna à atualidade**. 9 ed. S. Paulo: Ática, 1995, p. 15.

⁶ HALE, John H., **A Era das Explorações**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1970, p. 12.

⁷ Não será discutido aqui o problema, bastante sério, das fontes documentais para o estudo da alimentação medieval e moderna, o que às vezes constitui um trabalho quase arqueológico, principalmente no caso das camadas pobres do campo e da cidade, que raramente deixavam vestígios de seus hábitos, preferências e necessidades alimentares.

⁸ REVEL, Jean-François. **Um banquete de palavras: uma história da sensibilidade gastronômica**. São Paulo: Companhia da Letras, 1996, p.64.

⁹ TOUSSAINT-SAMAT, Maguelonne. **O sacrifício religioso e o luxo culinário**. In: **A Rota das Especiarias**. Com um estudo introdutório de Luís Felipe Thomaz. Lisboa, Edições Inapa, 1985, p.233.

¹⁰ Ibid.

simbólicos, relacionados à teoria dos quatro elementos que comporiam o cosmos (fogo, terra, água e ar - alimentos e temperamentos quentes, secos, úmidos ou frios) e seus usos podiam ser tão culinários quanto medicinais. Para cada humor, cada temperamento, especiarias recomendadas, especiarias evitadas. E os usos e prescrições compreendiam tanto ricos quanto pobres, ressalvada, obviamente, a facilidade em variedade e quantidade para os mais aquinhoados¹¹.

Acessível, dentro dos limites da bolsa de cada família dos séculos XV e XVI, as especiarias foram sendo aos poucos hierarquizadas em função da dificuldade e custo. A pimenta, embora ainda bastante cara, foi se tornando o mais popular dos produtos importados do Oriente, cabendo às “altas especiarias” (como a noz-moscada, o arilo de noz-moscada, o cravo-da-Índia) a ostentação do status da superior condição social. Não obstante, à época da expansão marítima,

tudo foi atingido por esta mania de especiaria: as carnes, os peixes, as compotas, as sopas, as bebidas de luxo.(...) As especiarias são consumidas igualmente sob a forma de frutos de compota, de pós científicos que correspondem a todos os casos de medicina. É verdade que têm todas a fama de “expulsar os ventos” e “favorecer a semente”¹².

Nesta citação de Braudel podemos identificar também a pequena separação entre os poderes “mágicos” das especiarias e seus usos comprovadamente terapêuticos. O caso da noz-moscada é interessante: originalmente um perfume, era utilizada na farmacopéia da época e na preparação de pratos com cautela e parcimônia, havendo inclusive registros sobre possíveis propriedades alucinógenas, quando consumida em quantidades descomunais. No uso tópico, sua aplicação como analgésico consistia em misturá-la a ungüentos, gordura e polpa de maçã (na mistura com o pomo, surgiu...a *pomada* - mais uma contribuição etimológica!)¹³.

Destarte, as especiarias eram admiradas tanto por aqueles que tentavam curar os males corporais dos humanos quanto por aqueles que nela vislumbravam seus supostos poderes afrodisíacos e mágicos. Muito contribuía para isso o fato de que eram buscadas num Oriente pouco conhecido, mítico, lendário. Era realmente um fortíssimo apelo ao imaginário do início do Renascimento: especiarias provinham do Oriente, lugar de maravilhas e prodígios, de encantamentos e mistérios, de sensualidade e sonhos. Além disso, ainda era corrente no final da Idade Média que a região da Índia era “contígua ao Paraíso”, o que poderia conferir significados idílicos às substâncias originadas em tão auspiciosos arredores.

À tantos apelos oníricos, mágicos e terapêuticos, a cozinha cotidiana dos séculos das navegações responde usando intensivamente todas as especiarias possíveis e caracterizando-se pela tendência em disfarçar a cor, o odor e o sabor dos alimentos. Dessa forma, não havia a preocupação em conservar o sabor natural dos ingredientes principais: a habilidade do cozinheiro estava na sua capacidade de disfarçar, alterar, mascarar o paladar e a aparência. Eram tempos de simulacros culinários: “vaca mascarada de urso”, “esturjão fingido de vitela”. As especiarias eram os ingredientes necessários e imprescindíveis para este tipo de cozinha. Aliás, nem nos dias de hoje o consumo (per capita) de especiarias foi tão grande e disseminado como neste época. Levantamentos realizados sobre o receituário da cozinha européia estimam o uso de pelo menos alguma especiaria em aproximadamente 80% das receitas encontradas. Um homem comum daqueles tempos consumia 12 a 25 vezes mais especiarias do que seu parente distante dos dias atuais.

Como podemos ver, o problema do papel das especiarias no início da Europa Moderna foi muito mais complexo do que o mero disfarce da putrefação alimentar. Alguns historiadores, como Bruno Laurioux, chegam a descartar completamente seu uso para “mascarar” as carnes. Ele se apoia, dentre outros argumentos, no fato de que as técnicas de conservação de carnes e peixes na época eram bastante conhecidas e ainda sobrevivem até hoje: o salgamento e a defumação. Além do mais, segundo este historiador francês, a maior parte da carne vendida e consumida na Europa da Baixa Idade Média era fresca, fruto da criação (principalmente suína) e da caça, sendo portanto uma lenda, que muitos historiadores “compram”, de que as carnes necessitavam de conservantes e aromatizantes disfarçadores da putrefação¹⁴. Sobre esse assunto, não há posição consensual entre os historiadores ainda. Existem tantas variações quanto as regiões e os anos. Se podemos ter alguma certeza, esta é a de que, numa alimentação inconstante e dada aos extremos de penúria e abundância como a dos séculos XV e XVI na Europa, o nível médio de consumo de carnes e de especiarias foi bem maior do que os tempos precedentes, devido, dentre outros fatores, à menor densidade populacional: mais carne e alimentos para um menor número de pessoas. Aos poucos, porém, esta condição vai-se deteriorando: a população aumenta, e à medida em que, por razões diversas, aumentam os preços dos gêneros de primeira necessidade, como os cereais — não esqueçamos que a base alimentar de praticamente toda a Europa ainda era o pão e/ou papas de cereais — faltava dinheiro para as compras supérfluas. A ração de carne fresca diminui, aumentando a proporção de carne salgada e defumada na ração cotidiana da população. Por sua vez, as especiarias, devido ao ativo comércio de vários países com o Oriente, tornam-se mais acessíveis e populares. No entanto, quando seu uso popularizou-se a tal maneira que poderiam estar

¹¹ LAURIOUX, Bruno. *Idade Média à Mesa*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1989, p.13-14. Obviamente, uma das principais distinções entre a cozinha dos ricos e as dos pobres, na época em questão (séculos XV e XVI) era o maior consumo de carne (escandalosamente desproporcional, segundo alguns historiadores) e a maior variedade e quantidade de especiarias nas refeições diárias. Cf. REVEL, Jean-François. *op. cit.*, p.146.

¹² BRAUDEL, Fernand. *Civilização Material e Capitalismo: Séculos XV-XVIII*. Lisboa/Rio de Janeiro: Edições Cosmos, 1970, p.177.

¹³ TOUSSAINT-SAMAT, Maguelone. *op. cit.*, p.238.

¹⁴ LAURIOUX, Bruno. *op. cit.* p.38 e segs.

presentes até nas mesas mais humildes, as especiarias deixaram, paulatinamente, de ser consumidas pelas classes mais abastadas, e seu uso diminuiu, ao longo dos anos, em todos os estratos sociais.

Outros fatores para o declínio do consumo das especiarias foram a ascensão de novos luxos (café, chocolate, tabaco, algumas bebidas alcoólicas) e a disseminação de novos legumes, verduras e frutas que, provenientes do Mediterrâneo ou do Novo Mundo, suscitavam ementas alimentares mais variadas. Com o progressivo declínio do consumo médio de carne, a culinária e a gastronomia européias voltaram-se para uma cozinha mais simples, mais natural. No século XVIII, a profusão de especiarias numa refeição já era coisa do passado¹⁵. Tentando, assim, responder a aquela perguntinha incômoda do início do artigo, podemos dizer que, conhecidas desde a Antiguidade, as especiarias compuseram importante papel nas culinárias antigas e medievais, não apenas pelos seus poderes de condimentar, perfumar, aromatizar e colorir os diversos pratos, em todos os estratos sociais, mas pelas suas qualidades medicinais presumidas e/ou comprovadas e, tão importante quanto, pelas diversas simbologias que representavam, como expressão da ostentação das classes dirigentes, como acesso aos poderes mágicos e oníricos de um Oriente tão lendário quanto misterioso. Por todas estas qualidades, tratava-se de mercadoria preciosa, de relativamente pequeno volume, ideal para ser embarcado em viagens de tão grande risco, de grande procura e preços bastante compensadores. O valor das especiarias, portanto, ultrapassava o quadro estritamente alimentar: significavam, ao mesmo tempo, uma maneira de renovar, a cada refeição, a cada consumo, as heranças culturais de gerações anteriores, e uma maneira de inovar, de criar, de transformar as tradições culturais em direção a algo novo, ainda não criado, ainda não pensado. O movimento, enfim, da própria história.

Prof. Francisco César Alves Ferraz
Professor de História Moderna
Departamento de História/UEL
e-mail: faferraz@npd.uel.br

RESENHA: “Uma história dos “anos loucos do café”, que passa pela Vila Matos”.

BENATTI, Antonio Paulo. *O Centro e as Margens. Prostituição e vida boêmia em Londrina 1930-1960*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1997.

O texto é o resultado da dissertação de mestrado do autor e tem como objetivo a história dos marginais de Londrina, “uma história dos territórios e personagens da prostituição no período de auge da cafeicultura no chamado Norte do Paraná”.

O interesse do autor volta-se para uma “história das margens da cidade”. Citando Leminski: “Uma cidade se lê com tudo. Uma cidade se lê em todas as direções. Uma vida é muito curta para que se saiba de cor mais

de uma cidade”, Benatti procurou recuperar a história do homem comum, anônimo da multidão, do “homem ordinário” como denominou Certau, nos espaços “decaídos e deteriorados” nos diversos locais de “sociabilidade mais popular”. A trajetória em busca de uma história das margens tinha um objetivo: “como e por que se constituem, como *alteridade*, os lugares ou territórios marginais e quais as formas de relações que estabelecem com os espaços e personagens” do centro.

Para trazer à luz essa história, oculta pela memória hegemônica, o autor valeu-se de registros indiretos, de indícios e fragmentos presentes em diversas fontes - literárias, orais e, principalmente, jornalísticas - buscando recuperar através da fala daqueles que detinham o monopólio do discurso e que não deixavam os marginais falar. Num exercício de leitura a contrapelo dos registros indiretos, foi possível constatar como os jornais lançavam sobre a cidade e seus habitantes um “olhar armado, censor e vigilante”, chegando em alguns momentos a compor uma imagem de aceitação do mundo da prostituição como espaços de prazer e e integração no cotidianos da cidade de Londrina.

Como afirma o autor, nesses espaços “além do sexo, ou melhor os serviços de satisfação sexual, os homens buscavam nos lupanares um espaço de encontro, onde podiam conversar, jogar, dançar, cantar e beber; em suma, um lugar de sociabilidade fora do âmbito familiar e do mundo do trabalho, um território lúdico de *camaradagem boêmia*”.

Esses homens, como afirma Certau: “sem sair do lugar onde tem de viver e que lhe impõe uma lei, ele aí instaura *pluralidade* e criatividade. Por uma arte de intermediação ele tira daí efeitos imprevistos”.

A história de Benatti não trata das grandes decisões ou dos acontecimentos políticos relevantes; ela trata de homens simples e anônimos, que são parte e, também, fazem a história e que “... à sua maneira, engaja, no sentido estrito do termo, sua vida como uma *aventura*, ou seja, como um processo do qual não se conhece o fim, e cujo transcurso está sempre submetido ao acaso e ao perigo” (MAFFESOLI, Michel - *A conquista do presente*. Rio de Janeiro: Rocco, 1984, p. 93).

Prof. William Reis Meirelles
Professor de História do Brasil
Departamento de História/UEL

NOTA

Trechos do artigo de Ana Heloisa Molina, “Cultura, linguagens e multimeios no ensino de História” publicado no Boletim Informativo do Laboratório de Ensino de História nº 11 de outubro de 1997, foram copiados e devem ser creditados ao artigo “Cantando o Brasil pós-64” de Maria de Fátima da Cunha publicado na Revista História & Ensino, nº 02, de abril de 1996.

Profª Ana Heloisa Molina .

LABORATÓRIO DE ENSINO DE HISTÓRIA

Ana Heloisa Molina, André Luiz Joaquinho, Claudiomar dos Reis Gonçalves, Francisco César Ferraz, Gilmar Arruda

¹⁵ BRAUDEL, Fernand. *op. cit.*, p.177-179.

Jozimar Paes de Almeida,
Marlene R. Cainelli (Coordenadora)
William Reis Meirelles

**ENDEREÇO DO LABORATÓRIO DE ENSINO DE
HISTÓRIA/UEL**

Departamento de História/ Campus Universitário. cx. postal 6001.
c.e.p. 86051.970. Londrina-PR.
fone- 043-371-4186 - fax - 043-371-4408

O Boletim Informativo é uma publicação trimestral mantida pelo
Laboratório de Ensino de História. As opiniões expressas nos artigos
assinados são de exclusiva responsabilidade dos autores.

Tiragem: 3.000 exemplares

Impressão: Gráfica da UEL